

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Mário Henrique de Campos Ramalho

**“BORN TO BE ‘UAI’”: REFLEXÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA MINEIRIDADE  
COMO IDENTIDADE CULTURAL**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).  
Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Juiz de Fora  
2017

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Mário Henrique de Campos Ramalho, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201572113A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **"BORN TO BE 'UAI": REFLEXÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA MINEIRIDADE COMO IDENTIDADE CULTURAL**, desenvolvido durante o período de 28 agosto de 2017 a 26 de novembro de 2017 sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Mário Henrique de Campos Ramalho

### **Marcar abaixo, caso se aplique:**

Solicito aguardar o período de ( ) 1 ano, ou ( ) 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

# “BORN TO BE ‘UAI’”: REFLEXÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA MINEIRIDADE COMO IDENTIDADE CULTURAL

Mário Henrique de Campos Ramalho<sup>1</sup>

## RESUMO

O objetivo desse trabalho é elucidar e promover a reflexão a respeito dos conceitos de identidade cultural e Mineiridade. Seu desenvolvimento e impacto na composição da Identidade são o substrato da discussão sobre a apropriação e uso social das representações das ideias. A identidade cultural não podendo ser examinada a partir de somente um campo específico do conhecimento, demanda utilização de teóricos não apenas da antropologia, mas também de campos da sociologia e ciência política que tratam das relações estruturais inseridas período histórico que comporta o desenvolvimento da Identidade mineira, para análise será acessada a produção bibliográfica relativa a cultura e tradição mineira do final do império até a segunda metade do século XX e eventuais apropriadores dessa produção em período posterior. Giddens, Hall, Bauman e Castoridis fornecem as bases teóricas do trabalho. Busca-se também apontar algumas das aplicações para a manutenção de quadros políticos que se ocupam na produção da mineiridade como identidade, um conteúdo conservador e de certo modo estático que vem sendo desmistificado pela crítica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mineiridade. identidade cultural. Ideologia.

## 1. INTRODUÇÃO

É observável na extensa produção bibliográfica sobre de Minas Gerais uma preocupação habitual com o estabelecimento de características que definam o que é ser mineiro. Não se tratando de algo natural a mineiridade, que é a condição alcançada pela ideia de pertencimento a partir da imersão no contexto específico de produção de sentido, lança mão das representações e símbolos próprios historicamente e socialmente instituídos relacionados a Minas Gerais. A mineiridade se apresenta como elemento da identidade regional.

Passando pelos costumes e valores que supostamente são partilhados pelos habitantes do perímetro é verificado todo um discurso acerca da mineiridade. Há nos escritos quais serão verificados ao longo deste artigo, razões práticas e políticas que transpassam a aparente despreensão das obras, um enigmático apelo para os leitores e ouvintes naquilo que tangencia a questão identidade se faz necessário compreender.

Foi captada a atenção pela Mineiridade ao atinar para a quantidade de autores que veem necessidade de afirmar e reelaborar características específicas da história comum e de quem promove esse discurso em formato de narrativa ao habitante. Desde a descrição mais romântica do que sociológica de Amoroso Lima até os discursos mais emblemáticos de Tancredo Neves, do conservadorismo de Oliveira Vianna às declarações de amor à mineiridade de Guimarães Rosa, todos em seus escritos se ocuparam com a mineiridade de alguma forma, fomentando o imaginário social. Atitude comum dos agentes desta construção que acaba por suportar a concepção do sujeito mineiro como uma unidade que passa a funcionar como identidade.

A princípio pode parecer evidente que toda historiografia local possua em seu conteúdo a caracterização da cultura dos povos que ocupam seu território. Se analisarmos a geografia do estado de Minas

---

<sup>1</sup> Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: hique\_camposramalho@hotmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Flávio Neubert

Gerais, que supera em extensão territorial tantos países, é surpreendente que exista homogeneidade dos relatos sobre o mineiro típico num perímetro tão grande e com tamanha importância econômica quanto Minas Gerais. Isso só é possível com um longo trabalho de elaboração da identidade, por meio da afirmação e reelaboração da cultura. A aparentemente inofensiva composição dos ditos e escritos revela muito dos intérpretes que sempre se utilizam da imprescindível ferramenta que é a ideia de pertencimento.

É crucial neste trabalho a ideia de que a produção e reprodução da mineiridade são recursos de legitimação das relações de poder inseridas no Estado Moderno a partir de uma perspectiva regionalista e o desenvolvimento da identidade local por meio da elaboração concisa de um discurso que neste caso se confunde com a realidade histórica da unidade federativa de Minas Gerais.

Empregando a terminologia dos escritos sobre relações sociais na modernidade de Anthony Giddens e escritos sobre os objetivos do estabelecimento e manutenção das identidades de Stuart Hall e também de Zigmunt Bauman, se busca revelar a mineiridade em alguns seus aspectos estruturais de demanda e produção. Segundo Arruda (apud. RAMALHO, 2014) há um tipo de organização mítica que sustenta esta caracterização da identidade mineira – o chamado mito da Mineiridade. Permeando as divergências culturais e materiais do interior do estado o discurso acerca da unidade das características historicamente criadas e impressas no imaginário social se apresenta encarregada da criação das representações sociais e do padrão básico que definem um jeito específico de ser mineiro.

## **2. CAMINHOS ATÉ A MINEIRIDADE**

Para o entendimento das questões relativas a mineiridade e sua produção é necessário considerar que o socialmente instituído tem história e propósito. A mineiridade como uma identidade cultural, especificamente regional, que inserida no contexto de um estado-nação que opera no modelo de república federativa é recente do ponto de vista histórico e é promovida e remodelada por vezes no imaginário social. Neste caso, o imaginário social não está em necessária oposição a realidade (material) mas compõe com ela uma relação complexa na qual dinamiza e confere inteligibilidade (CASTORIDIALIS apud. RAMALHO, 2006).

A Mineiridade foi estimulada por agentes que tiveram seu discurso e influência documentada e bastante revisitada. O presente trabalho levará o suporte conceitual para compreensão do que são identidades culturais e como a mineiridade se enquadra sob essa denominação. Mais adiante serão apresentados alguns locutores relevantes desse discurso que vestiram a fantasia da mineiridade, participaram e continuam participando da confecção. Para expor então a produção bibliográfica será estabelecida inicialmente uma breve descrição da história das instituições às quais a mineiridade está submetida e outros aspectos estruturais à época e na atualidade, em seguida os portadores da mineiridade.

Ao ser confrontada com a estrutura, a identidade “costura o sujeito a ela” (HALL, 2006), ainda que a “identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (HALL, 2006). Constatou-se que a fantasia, inspiradora do imaginário social é fomentada na direção da unificação da mineiridade na forma da produção literária e ação política no contexto de Minas Gerais.

## **3. ESTRUTURA, IDENTIDADE, MINEIRIDADE**

A disposição do estado de modo que alguém possa pertencê-lo não é uma construção simples. Se considerarmos que alguém se diz brasileiro ou no seu desdobramento mais específico deste trabalho mineiro,

além do fato de essa pessoa se reportar ao estado de Minas Gerais e a República Federativa do Brasil em nível institucional esta pessoa haveria de partilhar a “*ideia* de uma nação tal como representada em sua cultura nacional” (HALL, 2006) ingressando ao longo de sua formação em uma comunidade simbólica que o permita se identificar, isto significa que a pessoa assume um *sistema de representação cultural* que fornece sentido tanto para seu próprio comportamento como para o estado que organiza e dispõe em grande parte os símbolos desse sistema.

Considerando que essas “*ideias de pertencimento*” não são inerentes e podem ser atribuídas a tantos agrupamentos quantos nós, seres humanos acima de tudo, poderíamos organizar, nos chama a atenção o modo como uma ideia possa se tornar tão natural e sólida a ponto de sugerir sentido e o comportamento com tamanha eficácia quanto as identificações referentes ao estado. Para a compreensão do fenômeno identitário nacional e regional de há de se estabelecer como se desenvolveram as entidades às quais estas são relacionadas, ou seja, a estrutura que suporta as identidades.

**3.1** As alterações objetivas e subjetivas causadas pela expansão das formas institucionais do capitalismo, industrialismo, da vigilância e do poder militar, são os pilares do “modo de vida, costumes, e organização social” adotado na Europa por volta do século XVII que se expandiu em escala global. Esse modo de vida que Giddens denomina modernidade e é onde as identidades se confrontam. Pelo mesmo autor pode se inferir que a da Identidade no formato qual ela se apresenta é fruto dos mecanismos de operação do Estado Moderno. A história e o discurso se tornam parte do projeto estado moderno ao dar suporte de representações e símbolos que mais adiante se tornam chave para a compreensão estrutural do fenômeno da identidade cultural.

“Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilham de todos os tipos tradicionais de ordem social de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensibilidade quanto em sua intensionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana” (As consequências da modernidade – GIDDENS, 1991)

Para estabelecimento do sistema de estado-Nação<sup>2</sup>, modelo típico da modernidade, no qual uma instituição legítima e suporta a outra mantendo a organização da tríade população, território e soberania, houve de se produzir as condições de florescimento das instituições. Sobre este processo HALL (2006) argumenta o seguinte:

[...]a lealdade e a identificação que, numa era pré-moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, a religião e à região, foram transferidas gradualmente, nas sociedades ocidentais à cultura *nacional*. As diferenças regionais e étnicas foram gradualmente sendo colocadas, de forma subordinada, sob aquilo que Gellner chama de ‘teto político’ do estado-nação, que se tornou, assim, uma fonte poderosa de significados para as identidades culturais modernas.

Na institucionalização das relações de poder prévias ao nascimento do estado apercebe-se a busca pelo ordenamento e dominação do mundo. O Estado Moderno setorizou e institucionalizou as forças que ali se confrontavam, visando a fuga das possíveis indeterminações que impedissem a padronização fundamental a dominação e expansão dos modos de vida modernos, também dividiu as pessoas como os de dentro e os de fora, os pertencentes e os não pertencentes. A busca de uma sociedade racionalmente planejada e disposta no modelo de estado-nação requeria o ordenamento da identidade em seu interior para que sua manutenção fosse dada pelos próprios indivíduos por meio das instituições e acima de qualquer outra forma de organização assim garantindo a soberania.

---

<sup>2</sup> E aqui é importante lembrar que segundo Giorgio AGAMBEN apud. VECCHI, 2005 “...o estado-nação[...] é o estado que faz da “natividade ou nascimento” o “alicerce de sua própria soberania”. “A ficção aqui implícita”, destaca, é o nascimento[nascita] vem a luz imediatamente como “*nação*”, de modo que não pode haver diferença alguma entre os dois momentos.

Compreendido que se submeter ao estado é se submeter a lógica da modernidade, é processada uma demanda por estímulos que conferissem credibilidade (ou que promovessem maior efetividade na coerção) as ações de cada uma das instituições. A mesma premissa de dominação da natureza e do mundo social permeou a produção científica na modernidade e assim o mundo se transformou de acordo com essa demanda. A primeira das “consequências da Modernidade” é a extrema mudança da formulação das relações de tempo e espaço, condição mister na constituição da identidade como compreendemos graças a influência na interação dos indivíduos. Para a breve explanação desta mudança interacional dos indivíduos recorreremos aos escritos de Antony Giddens.

Giddens(1991) expõe essa mudança definindo que nas relações das sociedades pré-modernas o tempo e o espaço estavam diretamente relacionados entre si e com as atividades cotidianas. Na modernidade a tecnologia, como estudo sistemático sobre técnicas, processos, métodos, meios e instrumentos de um ou mais ofícios ou domínios da atividade humana, ao ser aplicada na perspectiva do tempo pode produzir o calendário e o relógio padronizados e devidamente acreditados. A tecnologia conjugada a modernidade priorizou além da padronização temporal também o deslocamento e comunicação, desta forma o tempo e o espaço perderam em grande parte a condição de subordinação de um ao outro e as relações humanas perderam os fatores limitadores da integração, que só permitiram a integração social até então no contato face a face ou “relação entre presentes”.

A eficácia, o alcance e a percepção das ações humanas após essa flexibilização do espaço fizeram com que as ações e ideias humanas surtisses efeito fora dos contextos locais aos quais se limitavam, e em pouco tempo atingindo o global. A esse tipo de situação Giddens atribuiu o nome de “desencaixe”. A situação que só poderia surgir na modernidade e que foi difundida a partir do interior do estado-nação<sup>1</sup> proporcionou aos indivíduos oriundos de locais diferentes a possibilidade de interações mais estáveis, ou no correspondente da terminologia de Giddens, sistêmica, atingindo sua maturidade somente na modernidade tardia muito embora desde o início tal movimento fosse globalizante.

A integração Sistêmica vai ocorrer na medida em que os indivíduos, que são nascidos e formados em lugares sob o domínio de algum estado, dispendo de mecanismos eficientes de desencaixe de tempo e espaço (que circulam e são reconhecidos pelos indivíduos e pelos estados acima de suas particularidades como as fichas simbólicas e os sistemas peritos) interagem de maneira simultânea e com tamanha eficiência que antes mesmo de se perenizar circulam cada vez mais pessoas e informação proporcionando a organização de pessoas de maneiras diversas e paralelas ao estado nas instâncias nas quais se apresenta.

Essa situação requer a promoção dos mecanismos que resgatem o indivíduo para seu interior para que se estabeleça e de manutenção seus três pilares: Território, população e soberania. A identidade é um mecanismo desse tipo. O estado para se legitimar colocando-se com nível de referência superior a outras comunidades e organizações e fazer manutenção dessa condição de legitimidade exige construções identitárias que abranjam as pessoas em seu interior por mais diversas que elas possam ser: Apresentadas as condições estruturais precedentes, a integração sistêmica, em nossa reflexão passa a se apresentar como o início da questão das identidades. A “exposição a outras comunidades de ideias”, nas palavras de Hall(2006):

As sociedades da modernidade tardia[...] são atravessadas por diferentes divisões e antagonismos sociais que produzem uma variedade de diferentes “posições de sujeito” – Isto é, identidades – para os indivíduos. Se tais sociedades não se desintegram totalmente não é por que elas estão unificadas, mas porque **seus diferentes elementos e identidades podem sob certas circunstâncias, ser conjuntamente articulados**: A estrutura da identidade permanece aberta (Grifo nosso)

**3.2** A condição do indivíduo moderno, que sente a questão das identidades não mais como uma atribuição e sim como um processo “*em curso*” (HALL, 2006), inserido em algum território, dentro de uma população, submetido a um estado e exposto a infinitas comunidades. Bauman nos ajuda a ilustrar em entrevista concedida a Benedetto Vecchi, publicada sob o título “Identidade”(VECCHI, 2005):

“ É comum afirmar que as “comunidades”(às quais as identidades se referem como sendo as entidades que as definem) são de dois tipos.

Existem comunidades de vida e de destino, cujos membros(segundo a fórmula de Siegfried Kracauer)"vivem juntos numa ligação absoluta", e outras que são "fundidas unicamente por idéias e princípios".[...] A questão da identidade só surge com a exposição a "comunidades" da segunda categoria – e apenas porque existe mais de uma ideia para evocar e manter unida a "comunidade fundida por ideias" a que se é exposto em nosso mundo de diversidades e policultural. É por que existem tantas dessas ideias e princípios em torno dos quais se desenvolvem essas "comunidades de indivíduos que acreditam" que é preciso comparar, fazer escolhas, fazê-las repetidamente , reconsiderar escolhas já feitas em outras ocasiões, tentar conciliar demandas contraditórias e frequentemente incompatíveis.[...] Tornamo-nos conscientes de que o "pertencimento" e a "identidade" não tem a solidez de uma rocha, não são garantidos por toda a vida, são bastante negociáveis e revogáveis, e de que todas as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o "pertencimento" quanto para a "identidade". Em outras palavras, a ideia de "ter uma identidade" não vai ocorrer enquanto o "pertencimento" continuar sendo seu destino, uma condição sem alternativa."

Nas palavras de Aydano A.P. Neto (NETO, 2006) "a sociedade, para existir, não pode estar desprovida de significado para si própria". Isto esclarece o esforço na produção do discurso que articule os elementos de identificação historicamente instituídos em benefício de uma identidade nacional ou regional, ou seja que produza sentido para os que integrem esta sociedade(colocando em termos nacionais ou regionais). Assim a identidade relacionada ao estado não escapa ao argumento de Benedict Anderson (ANDERSON apud. HALL, 2006)no qual afirma que a identidade nacional é uma "comunidade imaginada".

Para o compreender o fenômeno da Mineiridade como uma dessas identificações em curso e dar continuidade à nossa reflexão é pertinente o trecho de Castoridialis(CATORDIALIS apud. NETO, 2006) no qual anuncia a construção da realidade social-histórica e situa na discussão os autores das "narrativas mestras da mineiridade" como instituintes simbólicos e representacionais da comunidade mineira:

A história é criação; criação de formas totais de vida humana. As formas sociais-históricas não são "determinadas" por "leis" naturais ou históricas. A sociedade é autocriação. Quem cria a sociedade e a história é a sociedade instituinte, em oposição a sociedade instituída, imaginário social no sentido radical. A auto-instituição da sociedade é a criação de um mundo humano: de coisas, de realidade, de linguagem, de normas, de valores, modos de viver e de morrer, objetivos pelos quais vivemos e outros pelos quais morremos – e, obviamente, em primeiro lugar e acima de tudo, ela é a criação do indivíduo humano no qual a sociedade está solidamente incorporada.

É importante dizer, para o fechamento deste tópico que dentro de um plano federativo e republicano como o do Brasil a necessidade de instituir uma sociedade de proporções estatuais que possibilitem identificações não significa necessariamente um movimento de oposição a identidade nacional, pode em certa medida promovê-lo. No que diz respeito a identidade mineira a constituição de 1891 não promoveu somente autonomia estadual mas também a organização historiográfica e das "narrativas mestras" da mineiridade, focou a unidade e a legitimação interna. Cuidadosamente isto serviu para levar interesses estaduais frente a Federação.

**3.3** O meio utilizado para amarrar os modos de vida e os fatos históricos e transformá-los em sentido para uma comunidade é o discurso (HALL,2006). No que diz respeito a Mineiridade revisitar o discurso de autores como Oliveira Vianna, Diogo de Vasconcelos, Amoroso Lima, Nelson Sena, Gilberto Freyre ou Tancredo Neves, personagens de vida pública com influência largamente documentada sobre o tema permite compreender, para veracidade das caracterizações do mineiro que veremos logo a seguir, a força que o imaginário possui na confecção além da realidade.

A relação complexa que dinamiza e confere sentido a realidade, descrita no segundo tópico pelo trecho Castordialis, é o processo de construção de um discurso coerente e também unificado que oferece, quão logo se estabelece a nível regional e nacional. Uma construção identitária para a unidade federativa de Minas Gerais, por seu turno associando a imagem do mineiro a elementos talvez redutivistas como a reserva, vida rural, morosidade, conservadorismo e a mansidão mas que na dimensão ideológica como indica Arruda (ARRUDA, 1990 apud. ANGELO, 2005) tem tres aspectos principais:

1. A valorização mítica do passado de riquezas, exploração e luta pela liberdade em Minas, implicando na existencia de forte tendencia memorialista e tradicionalista(p. 124);
2. Habilidade do politico mineiro, tido e havido como competente conciliador devido a seu equilíbrio, bom senso e valorização da estabilidade.
3. Atribuir ao estado de Minas Gerais um papel proeminente no projeto de unificação nacional, já que o estado é tido como o “centro” político e geográfico do país, implicando num exacerbado apego à terra, à paisagem e aos valores locais: é a “missão de Minas”(LIMA, p.215).

Aproximando assim o discurso da mineiridade da *narrativa da nação* que Stuart Hall (HALL, 2006) descreve em *Identidade Cultural na Pós-modernidade* se dá uma abordagem da mineiridade no fenômeno que Walderez Ramalho(RAMALHO, 2014) coloca nos termos de *essencialismo identitário*. Este tipo de essencialismo sugere para além da manutenção de uma tradição (muito associada a imagem do mineiro típico, embora ao utilizar o termo “genuíno” para descrevê-la em sua crítica sugere que são representações convenientes sociedade-instituinte), a recusa de padrões que não favoreçam a união grupal e a continuidade de uma história comum a todos os mineiros que no entanto seja maleável para a manutenção de quadros políticos:

Em linhas gerais, o essencialismo define a identidade de um grupo cultural pela ideia de “essência”, isto é, um conjunto de características físicas, psicológicas e sociais, o qual se manteria inalterável ao longo da história e formaria o “caráter coletivo” de um povo. Nesse sentido, a mineiridade seria algo já acabado, finalizado, não passível de movimento e, portanto, apto a ser descrito desde um ponto de vista externo e objetivo. Caberia ao intérprete fixar, por meio da observação direta e/ou pela análise das fontes históricas, os elementos psicossociais que constituiriam a “essência” comum que distinguiria os mineiros do restante do país (RAMALHO, 2014 pg. 250)

Há descrições do povo que ocupa o território correspondente a Minas Gerais desde a período de colonização como a literatura de viajantes como John Wirth, as memórias de Joaquim Felício dos Santos(1976) e o discurso atribuído ao conde de Assumar sobre a sedição das Minas por volta do ano de 1720. No entanto a força aplicada na produção de uma identidade regional só começa depois da proclamação da república, este processo ao se concretizar fez com que as antigas províncias se tornassem unidades da Federação.

A partir da descentralização política favorecida pela constituição de 1891 e a “política dos governadores” inaugurada por Campos Sales(1898-1902) foi gerada a necessidade nas novas unidades federativas de organizar sua história e colocar sob o que Ernest Gellner(GELLNER apud. HALL, 2006) chama de “teto político”. Se por um lado a organização dos arquivos públicos visava levar ante a república os interesses economicos de cada unidade federativa e ressaltar a importancia para a formação da famigerada Identidade nacional, em contrapartida promovia e homogeneizava uma identidade particular de Minas Gerais. A fundação do Arquivo Público Mineiro(APM, 1895) e do Instituto Histórico Geográfico de Minas Gerais(IHGGMG, 1907) são expressões materiais da reivindicação do estado na produção da identidade relativa a si próprio, esses institutos que são voltados para a produção e estímulo da história regional assim como a iniciativa particular dos homens públicos de minas dispuseram construções discursiva bem amarradas a história oficial. O diretor do APM Xavier da Veiga, no primeiro volume da Revista do Arquivo Público Mineiro, afirmou o seguinte:

Estabelecida com a República o regime federativo, isto é, descentralizada a vida nacional e despertos os Estados da velha apatia letárgica, já começam eles a prover sobre a necessidade, essencial à própria autonomia, de organizarem séria e sistematicamente os seus Arquivos, que ao tempo das antigas províncias eram, por via de regra, parcelados por diversas repartições, e parcelados a esmo, desdenhosa e desordenadamente, sem



nenhuma metodização ou nexos (XAVIER DA VEIGA, 1896, p. II).

O fortalecimento político e a unidade regional eram objetivos primordiais da elite mineira à época da criação desses institutos. O discurso de Diogo de Vasconcelos na inauguração do IHGMG é claro neste sentido. É interessante ressaltar a qualidade de homem público de Vasconcelos, historiador e de família tradicional, um portavoz admissível para os objetivos desta instituição:

O povo mineiro, que por sua história peculiar caracterizasse desde seu advento, há dois séculos, diferenciando-se do seu destino, e formando já a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais. [...] Condensar essas qualidades ingêntas, aperfeiçoar a mentalidade, que nos foi transmitida, pelas circunstâncias especiosas da nossa origem, serão creio eu, o melhor e mais constante objeto de nossos estudos e escopo essencial deste Instituto, ereto em honra da história para farol inequívoco de nossos progressos (VASCONCELOS 1909, p. 213-214).

Este discurso de Vasconcelos é uma espécie de justificação para a materialização deste instituto, em episódio posterior o autor vem afirmar que “a maior casa de toda a América, sentia a falta de se lhe erigir a oficina central do pensamento, na qual se cuidam com esmero de fortificar a sua homogeneidade, e de unificar os seus elementos étnicos tradicionais” (VASCONCELOS, 1909: 213-214 apud. RAMALHO, 2014).

Como dito no item 3.1, a história e o discurso se tornam parte do projeto estado moderno ao dar suporte de representações e símbolos que mais adiante se tornam chave para a compreensão estrutural do fenômeno da identidade cultural, não escapando da “ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade” que Stuart Hall (HALL, 2006) aponta como modos de contar a narrativa de uma cultura nacional.

Ao afirmar sistematicamente que a história fomenta o sentimento de identidade entre os mineiros os autores deste chamado essencialismo mineiro representam o progresso subordinado à tradição local como uma aposta mais acertada sobre o futuro. Este traço conservador que é mais facilmente evidenciado pelo discurso do intelectual Nelson Coelho de Sena (1873-1952) proferido na inauguração da Academia Mineira de Letras em 13 de maio de 1909, ao elaborar previsões sobre economia e política alerta para as dimensões da cultura pela qual a tradição é responsável. Característica do discurso essencialista.

O excesso da atividade material entorpecerá as produções da inteligência nessa Pátria do futuro que viemos descortinando? O requinte do conforto, a intensa luta industrial, o progresso econômico, o triunfo definitivo da era mercantil, no Brasil de amanhã, entibiarão as energias do cérebro nacional e farão apoucada a nossa cultura artística e literária? (SENA, 2006: 73 apud. RAMALHO 2014).

Francisco de Oliveira Vianna (1853-1951) é um dos autores que veio a atribuir a centralidade da vida doméstica na cultura de mineira. Em seu ensaio *Minas do lume e do pão* (VIANNA, 1920 apud. RAMALHO, 2014) faz, a partir de informações colhidas em viagem a algumas cidades mineiras, conjecturas sobre a base das relações sociais mineiras serem firmadas no ambiente familiar. “Todas as particularidades que pude observar, como características da gente de Minas, tem a sua explicação primária neste irreduzível exclusivismo familiar do mineiro” (VIANA, 1942, p. 34 apud. RAMALHO, 2015). Alguns dos elementos redutivistas do caráter mineiro como a hospitalidade e a desconfiança sob o nome de reserva e a restrição na vida política, que são reafirmadas por outros autores e entre eles Alceu Amoroso Lima, são atribuídos diretamente a posição que a instituição familiar ocupa na sociedade mineira. Ao se fecharem nos círculos familiares os mineiros acabam por ficar “ausentes das esferas públicas da vida” (RAMALHO, 2015 p. 254).

Os mineiros, bem o sei, não se sentem muito lisonjeados quando enalteçemos o seu tradicionalismo: é como se os julgássemos atrasados ou rotineiros. Esquecem que – a grandeza de um povo está na força de persistência dessas tradições familiares e domésticas, que são a expressão mais típica do seu caráter nacional. Mantê-las tanto quanto possível dentro da fatalidade evolutiva da civilização – eis o ideal de um povo consciente da sua personalidade e orgulhoso do seu espírito

(OLIVEIRA VIANA 1942, p. 52, apud. RAMALHO, 2015 p.254).

Apesar do apelo tradicional feito pelas elites intelectuais do estado nas narrativas mineiras, Minas Gerais não se desvinculou completamente do processo de modernização que se deu ao final da velha república. A política de estado baseada no industrialismo e centralidade do Estado Novo, que nessa unidade federativa não veio a se desenvolver em plenitude, estimulou os intérpretes da mineiridade a procurarem novas maneiras de manter vivo o “caráter mineiro” na nova conjuntura.

Muito embora o caráter conciliatório seja colocado como promotor da abertura política sem ruptura violenta da ordem social, *O manifesto dos mineiros*, assinado por lideranças políticas estaduais colocou a “família mineira” ao lado da democracia num movimento que virou sinônimo da crise do Estado Novo. No momento em que se rompe o regime centralizador do estado novo é restaurada a confiança no federalismo, uma das forças constitutivas dessa identidade, e se consolida esta importante característica na construção da mineiridade, o equilíbrio político.

João Camilo de Oliveira Torres(1915-1973), historiador itabirano, publicou em 1944 o livro intitulado *O Homem e a Montanha* no qual faz apontamentos das consequências psicológicas e sociais da presença da montanha na formação do “caráter mineiro”, talvez uma expressão do determinismo geográfico que ainda assombrava a produção literária ainda na década de 1940 mas que pela devida amarração dos dados históricos coloca a cultura mineira como uma “ilha” de conservação tradicional, na qual se desenvolve a vertente de associação do mineiro ao equilíbrio e na contramão dos movimentos radicais. O elemento da montanha, sob o qual sociedade mineira foi estabelecida (ignorando a variabilidade geográfica do estado) se torna o princípio do comportamento social adotado pelos mineiros principalmente no que diz respeito a política.

O mineiro é silencioso, sóbrio e tradicionalista, é tolerante e comedido, sabe respeitar e exige respeito; reconhece uma ‘pessoa’ em todas as coisas e exige ser tratado como sendo ‘pessoa’ também. Sempre foi contra absolutismos e contra os extremismos: a realidade compõe-se de contrários que se equilibram (TORRES, 2011, p. 206 apud.RAMALHO,2015).

Um dos livros mais emblemáticos na produção do que Arruda (ARRUDA, 1990) chama de “mitologia da mineiridade”, *A voz de Minas (1945)*, sequer foi produzido por um mineiro, tampouco o conceito de mineiridade como veremos logo mais a frente, no entanto neste ensaio de sociologia regional brasileira atribui um grau ímpar de homogeneidade nas expressões culturais do interior desse estado. Ao iniciar o texto, Alceu Amoroso Lima uma figura carimbada do círculo católico-conservador do Rio de Janeiro, já coloca para a psicologia do mineiro referências do bom senso, síntese do nacional e a sobriedade como aspectos que justificam o centrismo político de Minas, aspecto que figuras importantes da política nacional como Tancredo Neves vem a utilizar mais tarde como estratégia de mobilização política intra e extraestadual. Ao estabelecer as expressões mais pungentes da mineiridade em seu ensaio Lima (LIMA, 1946) coloca esta unidade federativa como possuidora de uma missão que já vinha sendo anunciada por publicações de outros autores anteriores ao Estado Novo, a “missão” de Minas tem como aspectos principais a preservação, a reforma e a compensação. Tal missão é ligada as características dos discursos essencialistas anteriores reflete o posicionamento claramente conservador de seu autor, assim como o dos intérpretes nos quais se baseia.

Caminhando para o fechamento do item 3.3 é relevante indicar a origem do termo Mineiridade. Foi utilizado pela primeira vez oficialmente na conferência *Ordem, liberdade, mineiridade* proferida em 1946 na faculdade de Direito de Belo Horizonte por ninguém mais que Gilberto Freyre. Incitando os mineiros a trabalharem a mesma missão proposta por Amoroso Lima, em sua publicação do ano anterior, num momento de abertura democrática do país, Freyre clama o “espírito mineiro” ““ao lado do desejo de estabilidade, o de liberdade; ao lado do desejo de ordenação da sociedade, a de libertação da pessoa de todas as formas de opressão da sua dignidade e de sua criatividade” (FREYRE, 1964: 16 apud RAMALHO,2014). Conciliando as representações do povo das Gerais de repulsa aos extremismos, atitude política e moderação Freyre fecha nossa imersão bibliográfica acerca da mineiridade demonstrando um processo complexo de construção identitária.

O mito da mineiridade, que é fornecido por esses autores entre outros, para além de expressão cultural são íntimos da vida política e da necessidade estatal de coerência interna apresenta-se como ideologia.

Retornando Castordialis (CASTORDIALIS apud. NETO, 2006) o mito ao fomentar a imaginação se torna uma parte integrante e importante da dimensão social-histórica não podendo simplesmente ser apontado como uma mentira por ser produzido e evidenciado pela sociedade-instituinte mas sendo colocada como uma “relação complexa, na qual um dinamiza e confere inteligibilidade ao outro” condição imprescindível para a manutenção do estado.

#### 4. CONCLUSÃO

A crítica as representações do “caráter mineiro” aqui limitadas a fontes literárias do final do século XIX e primeira metade do século XX já foi realizada anteriormente e localizou a mineiridade tanto como ideologia da classe dominante (bastando-se a análise das origens de alguns dos autores como Oliveira Vianna – conservador conhecido nas décadas de 1920 e 1930-, João Camilo de Oliveira Torres – intelectual monarquista e católico- e Nelson Sena – Republicano conservador), quanto mitologia (ARRUDA, 1990) e até como redimensionamento para as diferenças no interior de Minas. O objetivo do presente trabalho que é fomentar a discussão sobre a demanda da produção cultural não exigiu que ocorresse o esgotamento teórico de alguma dessas visões mas contribuir para uma leitura mais sóbria dos interpretes da mineiridade.

Esses textos que forneceram memórias uníssonas e efetivas no discurso político ou na apreensão simbólica e representacional não ocuparam o caso de significante totalmente vazio por que se utilizaram de temáticas tanto relevantes quanto recorrentes na sociedade mineira, no entanto a identidade como projeto que se relaciona com o estado teve momentos de tamanho destaque na construção da realidade que levou se tornar problemática. A identidade a despeito da temática essencialista é um processo em curso. Além é claro da multiplicidade cultural desprivilegiada por tantas outras vozes de Minas caladas pelo filtro institucional.

A perspectiva unitária da mineiridade foi como uma grande abstração estática que por muito tempo foi utilizada no campo da política mas que vem perdendo espaço diante da crítica não somente literária mas também social. O conteúdo do discurso que de muitas formas limita a imaginação e o questionamento a sociedade-instituinte tem a partir dessas críticas uma possibilidade real de superação de arquétipos que sujeitam, para além dos grupos contemplados pela rede representacional da mineiridade, os grupos não-hegemônicos a adoção de representações e políticas não correspondentes as demandas legítimas dentro da sociedade mineira e brasileira de composição multi-étnica .

#### 5. REFERÊNCIAS

ANGELO, Marcel Henrique. **Vozes das montanhas: A representação social do político mineiro em textos de Aécio Neves**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, maio de 2005. Disponível em <[https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/VOZES\\_DAS\\_MONTANHAS.pdf](https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES/VOZES_DAS_MONTANHAS.pdf)> Acesso em: 22 de setembro de 2017.

ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005

DIAS, Fernando Correia. **Mineiridade: construção e significado atual**. Em: Ci. & Trop. Recife: v. 13, jan/jun, 1985. Disponível em <<https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/375>> Acesso em: 22 de setembro de 2017.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.

HALL, Stuart. [1992]. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LIMA, Alceu Amoroso. **Voz de Minas: ensaio de sociologia regional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1946.

MOCELLIN, Allan. **A questão da identidade em Giddens e Bauman**. Revista Eletrônica de Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 5. 2008. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2008v5n1p1>> Acesso em: 29 de outubro de 2017.

NETO, Aydano Pimentel de Almeida. **Entre espelhos e labirintos: uma mirada Argentina sobre o Brasil**. Tese de Doutorado. PUC-RJ, 2006. Disponível em <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=27772](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=27772)> Acesso em: 2 de novembro de 2017.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **Uma história da Mineiridade: o sentido “essencialista” de uma representação**. Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão Historiador, Formação e Mercado de Trabalho. Juiz de Fora: 28 a 31 de Julho de 2014. Disponível em <[http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269\\_ARQUIVO\\_Mineiridade-Walderez.pdf](http://www.encontro2014.mg.anpuh.org/resources/anais/34/1398480269_ARQUIVO_Mineiridade-Walderez.pdf)> Acesso em: 22 de setembro de 2017.

RAMALHO, Walderez Simões Costa. **Uma crítica ao essencialismo identitário: a historiografia da mineiridade na primeira metade do século XX**. História da historiografia. Ouro Preto, n. 18, ago. 2015, p. 248-265. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/841/577>> Acesso em: 22 de setembro de 2017.

REIS, Liana Maria. **Mineiridade: identidade regional e ideologia**. Cadernos de História. Belo Horizonte: v.9, n. 11, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernohistoria/article/view/2886/3141>> Acesso em: 4 de novembro de 2017.

TORRES, João Camilo de Oliveira. **O homem e a montanha: introdução ao estudo das influências da situação geográfica para a formação do espírito mineiro**. Org. Francisco Eduardo de Andrade, Mariza Guerra de Andrade. Belo Horizonte : Autêntica (2011 [1944]).